

# ***DILEMAS DA ECONOMIA PARANAENSE***

***Maria Lúcia de Paula Urban\****

---

Começo com um paradoxo. Embora a economia paranaense venha apresentando taxas de crescimento elevadas, se considerarmos as taxas do conjunto do País, ela se encontra hoje em um momento crítico, uma vez que suas perspectivas estão longe de ser claras. Para esclarecer essa afirmação, recuperemos algo da trajetória recente dessa economia, especialmente da sua indústria.

Nos anos oitenta e nesta primeira metade dos anos noventa, a perna forte da indústria paranaense, a agroindústria, apoiando-se no bom desempenho da agropecuária, amplia-se quantitativamente e se consolida qualitativamente. Sua pauta de produção se diversifica, criam-se novos produtos e as plantas agroindustriais se concentram e verticalizam. Um conjunto sólido de segmentos, voltados tanto para o mercado interno como para o externo, destaca-se aí, como café solúvel, óleos vegetais, laticínios, fiação, suco de laranja e carnes (no qual ganha grande expressão aves e seus industrializados).

Por sua vez, segmentos ligados à metal-mecânica também avançam, em material elétrico e de comunicações, mecânica leve e máquinas agrícolas e material de transporte, bem como a química no Proálcool e papel e papelão.

Nesse contexto, ampliam-se as compras e vendas dos produtos mais modernos em relação aos outros estados brasileiros, e as expor-

---

*\* Economista, mestrande pelo CEDEPLAR, da UFMG, e coordenadora do projeto Mercosul no IPARDÉS.*

---

tações de produtos manufaturados ganham nítida importância frente às de produtos primários.

Tal performance, entretanto, não pode obscurecer problemas atuais como o baixo investimento público em infra-estrutura, a queda das taxas de investimento no plano nacional, que torna mais lento o avanço industrial paranaense, e muito menos o problema da necessária renovação tecnológica nos moldes do avanço técnico e organizacional que vem ocorrendo nos países de capitalismo mais organizado.

Na estrutura industrial paranaense, o complexo metal-mecânico representa cerca de 20% do valor adicionado e 19% em termos de pessoal ocupado, o complexo agroindustrial cerca de 35% do valor adicionado e 25% do emprego, e o complexo das atividades ligadas ao processamento da madeira aproximadamente 15% do produto industrial e 30% dos empregados. Grosso modo, as indústrias da metal-mecânica concentram-se na Região Metropolitana de Curitiba, a agroindústria concentra-se nos principais municípios do interior paranaense e o complexo madeira é fortemente polarizado pelo fabrico de papel e papelão em três municípios do interior.

Um traço característico da estrutura empresarial do Estado é a elevada concentração do produto industrial num pequeno grupo de empresas que atuam em poucos ramos de atividade. Considerando as cem empresas de maior faturamento no Paraná, pouco mais de cinquenta vinculam-se ao complexo agroindustrial, destacando-se vinte empresas ligadas à produção de alimentos e cinco ligadas a fumo e bebidas. As cooperativas encontram seu *locus* nesse complexo. Os outros dois grandes complexos são ainda mais concentrados, destacando-se quatro empresas no ramo papel e celulose, duas montadoras no ramo transporte e uma empresa em material elétrico e de comunicações. Destacam-se ainda algumas estatais como a Petrobrás, a Itaipu, a RFF, empresas de distribuição de petróleo e gás de cozinha e algumas grandes redes em comércio. Embora as pequenas e médias empresas sejam numerosas, respondendo por 97% dos estabelecimentos e 44% do emprego, geram apenas 24% do valor agregado industrial, o que revela o papel estratégico que a pequena e média empresas podem vir a assumir no Estado.

Ao mesmo tempo, embora a indústria tenha se diversificado no Estado, em nível dos gêneros observa-se uma grande concentração de atividades em poucos ramos. Assim, em produtos alimentares, abate de animais e beneficiamento de cereais respondem por 75% do valor adicionado. Esta característica se repete por toda a estrutura dos gêneros aqui implantados, dominados em geral por poucas e grandes empresas especializadas, e observando-se raras exceções a essa regra.

Dado esse retrospecto da estrutura industrial do Estado, passo a algumas considerações e especulações, esclarecendo por que a economia paranaense encontra-se em um momento crítico e de definições diante do seu futuro.

Em primeiro lugar, se compararmos a evolução da indústria paranaense e a dos outros dois estados da Região Sul, fica claro que, nos segmentos fora da agroindústria alimentar, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina conseguiram não só firmar-se em pólos expressivos (têxteis e confecções, no último estado, e calçados no primeiro, por exemplo), como criaram, juntamente com seu segmento metal-mecânico, uma indústria mais sólida e com relações internas mais consistentes que o Paraná. Nesse sentido, e a título de exemplos, penso que o nosso estado pode avançar em mobiliário trabalhando suas relações com a indústria de madeira aqui existente, bem como aprofundando o processo industrial da própria indústria de mobiliário e os *linkages* com outros ramos industriais ofertantes de componentes e acessórios. Em couros e peles há um grande potencial inexplorado representado pelas inovações em termos de produtos de couro ligados à indústria de confecções, ao mesmo tempo que um potencial de capacidade produtiva não utilizado nos curtumes. A indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecido poderia se desenvolver relacionando-se melhor com as indústrias fornecedoras de matérias-primas (e dinamizando-as). Estes são apenas exemplos de brechas possíveis onde se poderia gerar uma maior consistência a diversos gêneros industriais no Paraná. Por outro lado, é claro que a metal-mecânica paranaense não avança mais, e não cria uma inter-relação mais forte com indústrias fornecedoras, em virtude da própria queda da taxa de investimento no País, que limita o desbordamento das indústrias sediadas em São Paulo e que poderiam vir para cá graças à boa localização, à infra-estrutura adequada do Estado. Em que pese a existência dessa limitação, acreditamos que esse segmento deva ser tratado dentro de uma perspectiva estratégica, dado seu potencial para alterar estruturalmente o parque industrial do Estado. Há que pensar, ainda, na necessária organização em termos nacionais de certos setores, como o automobilístico. Sabemos que a Argentina leva vantagem aí, e empresas estrangeiras deixaram de instalar plantas no sul do País em face das vantagens estruturais que aquele país hoje oferece.

Em segundo lugar, devemos considerar os limites da agroindústria como agente propulsor do crescimento, seja no Paraná, seja em toda a região Sul. O nosso estado avançou, desde os anos setenta, nos grandes espaços da produção de *commodities* agroindustriais, e sofisticou sua produção nos anos oitenta e noventa, criando a partir daí uma indústria de alimentos bastante competitiva. Este processo,

entretanto, hoje encontra limites e é preciso equacionar muito bem os espaços ainda existentes. Assim, a indústria de frangos e suínos tem limites bastante estreitos de expansão, e um volume enorme de projetos de investimentos engavetados. Um espaço maior para a continuidade de um processo de industrialização nesse setor parece vincular-se a um crescimento sustentado do poder de compra da população do País, que passaria a consumir mais, especialmente produtos mais elaborados e sofisticados.

Um terceiro ponto diz respeito à posição da região Sul, e especificamente do Paraná, no Mercosul. Parece-me claro que nos setores que poderiam ser atingidos, no Brasil, pela queda das tarifas, como lácteos, grãos (milho, trigo), suco, vinho e carne bovina, as grandes vítimas serão os pequenos produtores e pequenas agroindústrias, cujo espaço no próprio país já vem se reduzindo. Impõe-se aí uma política de reconversão, que tem sido já bastante estudada, para esses segmentos. Para o conjunto da agroindústria paranaense, todavia, o Mercosul não constitui grande ameaça, embora possa desorganizar um pouco o mercado num primeiro momento, pois em termos globais é mais estruturada e organizada que a dos demais países parceiros nesse mercado. Por outro lado, o Mercosul é um mercado relativamente pequeno para a indústria nacional, embora eventualmente venha a ter importância para segmentos de uma indústria pequena como a paranaense. O problema maior representado pelo Mercosul é o da estratégia agroindustrial de empresas e grupos nacionais e internacionais avaliando a opção de novas instalações em outros países, como é o caso da Sadia, da Parmalat, da Hering, etc. Ou seja, deixaremos de ser pólo de decisões de investimentos de grandes empresas numa fronteira aberta, e esta é uma questão não apenas para o Sul ou o Paraná, mas para o País. Vimos, por exemplo, o que está ocorrendo com os investimentos na indústria automobilística.

Encaminhando algumas conclusões, é necessário afirmar que o Paraná pode potencializar as vantagens de sua localização em face do mercado nacional e o Mercosul redefinindo e explorando melhor sua inserção no desenvolvimento industrial brasileiro. Para isso é preciso, em primeiro lugar, fortalecer e redefinir sua malha viária em função da intensificação do comércio no eixo Buenos Aires-São Paulo, sem esquecer as ligações propiciadas pela Ferroeste e pela capacitação e ampliação do porto para atender cargas dos países vizinhos, bem como a posição estratégica de Foz do Iguaçu. Em segundo lugar, pensar uma estratégia de organização de atividades em serviços e indústrias leves, aproveitando o fato de diversas empresas estarem trazendo seus centros de decisão especialmente para Curitiba. A região de Londrina e Maringá, por sua vez, pode vir a se dinamizar

num processo, que já vem ocorrendo, de descentralização de decisões da indústria paulista em sua direção. Finalmente, setores como material elétrico e de comunicações e papel e papelão, que atendem fortemente à demanda argentina, são exemplos de segmentos industriais que podem amadurecer mais no Estado.

Estes são alguns pontos que devem estar na agenda do planejamento neste momento repleto de dilemas para o futuro da economia paranaense, não apenas do planejamento que passa diretamente pela estrutura de órgãos públicos estaduais mas também por aquele ligado à órbita do governo federal, o qual, para ser eficaz e democrático, precisa levar em conta os interesses regionais.